



VI ENCONTRO E FEIRA DOS POVOS DO CERRADO

OS POVOS DO CERRADO FALAM

Nós, os povos do cerrado, reunidos em Brasília entre os dias 09 e 13 de setembro de 2009, apresentamos à sociedade brasileira e internacional a nossa indignação frente ao acelerado processo de degradação do bioma. A rápida destruição do Cerrado afeta diretamente os povos e comunidades tradicionais que nele vivem e produzem. Além dos indígenas, quilombolas, geraizeiros, varzanteiros, camponeses, extrativistas e demais povos tradicionais, toda a população do País é diretamente prejudicada pelos danos causados ao segundo maior bioma brasileiro.

Um atentado com conseqüências mais devastadoras que o episódio das Torres Gêmeas, ataque que chocou o mundo em 2001, vem sendo intensificado com o passar dos anos no Brasil – e toda a sociedade parece estar de olhos vendados. As agressões que o Cerrado sofre há décadas, frente a apatia dos brasileiros, provoca a extinção progressiva de um bioma extremamente rico, do qual dependem milhões de pessoas. Mas todos parecem silenciar.

Neste 11 de setembro de 2009 – Dia Nacional do Cerrado – milhares de brasileiros, dos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso Sul, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Piauí, Rondônia, Roraima, Bahia e Distrito Federal saíram de suas casas tão distantes e vieram se somar com tantos outros brasilienses nesta capital fincada no coração do Cerrado. A motivação? Evitar que o Cerrado brasileiro desapareça, deixando somente poeira e lembranças, tal qual as Torres Gêmeas de Nova Iorque.

O CERRADO ESQUECIDO

Há cinquenta anos, uma geração de brasileiros se voltou para o sertão, com a perspectiva da construção de um projeto para a nação. Ilustres brasileiros como Celso Furtado, Darcy e Berta Ribeiro, Oscar Niemayer, Juscelino Kubitschek e tantos outros, trouxeram o epicentro da geopolítica brasileira às vastas chapadas do Cerrado, na tentativa de construção de um projeto autônomo de nação.

A fratura política promovida pelo golpe militar de 1964 rompe este processo de conhecimento do Brasil, em sua pluralidade e riqueza sociocultural e econômica.

Os militares foram embora, mas deixaram cunhado o seu projeto de subordinação do País ao capital global;

Os militares foram embora, e seguiram os tratores com seus correntões, soterrando anualmente três milhões de hectares de cerrado e prejudicando os povos que dele subsistem;

Os militares foram embora, e as águas continuam sendo represadas e drenadas pelos grandes projetos agroindustriais;

Os militares foram embora, e os territórios indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais extrativistas continuam sendo usurpados e não reconhecidos;

Os militares foram embora, a democracia foi retomada, mas não o projeto de desenvolvimento autônomo que reconhece o patrimônio ecológico do Cerrado como plataforma de uma estratégia de construção da nação brasileira, em virtude de sua diversidade cultural, sua biodiversidade, suas águas e sua economia.

O CERRADO QUE QUEREMOS

A Rede Cerrado – Antônio, Maria, Iranete, José, João, Aparecida, Joaquim, Niumtxuá e tantos outros brasileiros e brasileiras – repudia a exploração predatória e o projeto de subordinação e destruição do patrimônio ecológico e sociocultural do Cerrado. A exploração irresponsável do bioma compromete os povos tradicionais e suas gerações futuras, além de afetar a vida de todos os brasileiros. Reunimo-nos, portanto, no Dia Nacional do Cerrado, para mostrar a resistência dos Povos do Cerrado, divulgar sua riqueza cultural e social, e reivindicar atenção urgente da sociedade civil e do poder público para os problemas enfrentados pelo bioma e por aqueles que o habitam e preservam.

Apresentamos neste documento as nossas preocupações e proposições com relação à defesa da sociobiodiversidade do Cerrado:

PEC Cerrado e Caatinga

- Imediata aprovação pelo Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional – PEC do Cerrado e da Caatinga, que reconhece os biomas como patrimônios nacionais, que há quinze anos tramita no Congresso.

Código Florestal

- Não apoiar mudanças nas leis já estabelecidas pelo Código, evitando que o Congresso Nacional aprove apenas retrocessos, ao invés de aperfeiçoamentos. Apoiar, portanto, a criação de políticas públicas que incentivem aplicação do Código Florestal.

Povos Indígenas

- Regularização fundiária e garantia territorial para os povos indígenas do Cerrado, com destaque para resolução imediata dos casos das Terras Indígenas Xavante Marawatsede, Guarani, Kaiowa (Laranjeiras e Kurussu Ambá) e Terena (Cachoeirinha).
- Definição de uma faixa de proteção de 20 km no entorno das terras indígenas do Cerrado, limitando, assim, as atividades produtivas de grande impacto nesta faixa. Propomos uma aliança territorial entre povos indígenas e comunidades tradicionais, onde os últimos ficariam localizados na faixa de entorno, a fim de gerar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, em parceria com as populações indígenas.
- Valorizar e incentivar a produção e a comercialização oriunda de atividades econômicas sustentáveis em terras indígenas, trabalhando, portanto, questões relativas à gestão territorial.
- Investir na formação de agentes ambientais indígenas para fiscalização do interior e entorno das terras indígenas.
- Garantir legislação e proteção para povos indígenas que vivem em faixa de fronteira.

Territórios Tradicionais e Assentamentos da Reforma Agrária

- Reconhecimento e delimitação de territórios tradicionais e assentamentos que favoreçam a integração entre Terras Indígenas, Quilombos, Territórios Tradicionais Extrativistas e Assentamentos da Reforma Agrária, de modo a constituir amplas áreas de uso sustentável da biodiversidade e fortalecer iniciativas de aliança territorial entre os Povos do Cerrado;
- Reconhecimento e regularização fundiária de terras reocupadas por comunidades tradicionais, a exemplo das comunidades Geraizeiras de Fundo de Pasto, Retireiros e Quebradeiras de Coco, que tiveram seus territórios expropriados pelas frentes do agronegócio;
- Criação de uma nova categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Reserva Agroextrativista, apropriada aos meios de vida característicos do Cerrado - proposta apresentada e aprovada pela Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), em 2006;

- Expropriação imediata de terras identificadas por casos de trabalho escravo e assassinatos a trabalhadores e membros de comunidades, em movimento de resistência à perda e à degradação ambiental de seus territórios tradicionais.

Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade

- Que seja priorizada a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- Promoção, consolidação e difusão dos sistemas de produção sustentável já existentes no Cerrado (com base em frutos nativos, plantas medicinais, animais silvestres, entre outros), por meio da imediata adequação dos marcos regulatórios, de políticas de fomento à produção, infra-estrutura e agroindustrialização local e comercialização;
- Regulamentação do uso de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista os diversos benefícios sociais, ambientais e para a saúde, da produção e do uso desses medicamentos a partir da flora nacional;
- Criação de mecanismos legais que respaldem as comunidades agroextrativistas e garantam o acesso a recursos naturais da biodiversidade em terras públicas e privadas, bem como em relação às águas interiores, por meio de leis tais como “babaçu livre”. Contudo, em combinação com modelos oficialmente reconhecidos por acordos específicos entre comunidades locais e proprietários privados e/ou poderes públicos;
- Criação e implementação de política interministerial de desenvolvimento territorial, específica para povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Garantia de acesso diferenciado a políticas públicas já existentes (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Alimentação Escolar, entre outros) para comunidades que geram serviços socioambientais;
- Promoção da inclusão produtiva de pessoas físicas e famílias (PF) que integram povos e comunidades tradicionais, sem exigir o estabelecimento de personalidade jurídica (PJ) para serem beneficiados pelos diversos programas governamentais, reconhecendo, portanto, suas formas particulares de organização social;
- Garantia da continuidade do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-Ecos), até o momento o único a dar atenção exclusiva

ao Cerrado, tendo apoiado grande parte das iniciativas de uso sustentável no bioma.

Agroecologia e Cerrado

- Instituir o FUNDO CERRADO para viabilizar programas como o Cerrado Sustentável, que busca fomentar a promoção da agroecologia, os produtos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais.

O Rio São Francisco e Seus Povos

- Repudiamos o projeto de transposição do rio São Francisco e cobramos que o STF – Supremo Tribunal Federal – julgue favoravelmente as Ações de Inconstitucionalidade contra o a transposição que desrespeita direitos territoriais de quatro povos.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

- Reorientação da atual política ambiental, de modo que os critérios socioambientais sejam transversais a todos os processos decisórios de planejamento e implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a fim de evitar novas ondas de degradação ambiental e desrespeito aos direitos individuais e coletivos no Cerrado – um dos principais biomas afetados por essa política desenvolvimentista;
- Criação e implementação de mecanismos de participação efetiva e controle social em fases de planejamento e implementação do PAC;
- Repudiamos a implantação desordenada de Usinas Hidroelétricas e PCHs sem análise de avaliação integrada da bacia hidrográfica;
- Que seja implantado o ZEE – Zonamento Ecológico Econômico do Cerrado com vistas a disciplinar a ocupação dos diferentes usos da terra tais como mineração, agropecuária, silvicultura, produção de agrocombustíveis entre outros.

Educação Diferenciada

- Reconhecimento, formalização e incentivo ao desenvolvimento de iniciativas de educação diferenciada e apropriada para os Povos do Cerrado (a exemplo da Escola Geraizeira), em todos os níveis de ensino, fundamental, médio e superior (a exemplo dos CEFETs), que

favoreçam a valorização dos saberes tradicionais e a sua integração aos saberes técnico-científicos.

Comércio Justo e Solidário

- Apoio à criação e à implantação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Economia Solidária no Brasil, de modo a fortalecer o conjunto de iniciativas existentes e/ou que venham a ser desenvolvidas em prol de um comércio ecologicamente sustentável e socialmente justo em níveis local, regional, nacional e internacional;

Necessidade de revisão da Lei Geral do Cooperativismo, de 1971, que prevê a obrigatoriedade de associação à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), ferindo a livre iniciativa voluntária. Defendemos que as cooperativas tenham livre arbítrio para decidirem sobre sua representação.

Mudanças Climáticas

- Garantia da integração do Cerrado nas ações e prioridades do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, de modo a reconhecer a interdependência entre os biomas e a grande contribuição do Cerrado para o estoque de carbono, para a manutenção dos ciclos ecológicos e para o balanço de nutrientes das águas, que garantem o equilíbrio do meio ambiente global.

Grupo Executivo Intergovernamental

- Criação, por Decreto Presidencial, de um Grupo Executivo Intergovernamental do Programa Cerrado Sustentável (GEICER), coordenado pela Casa Civil, com prazo de um ano, renovável, para iniciar a implementação integral do Programa Cerrado Sustentável, envolvendo diversos ministérios e os governos estaduais.

Universidades e Comunidades

- Disponibilizar aos Povos do Cerrados o acesso às pesquisas e consultar, sempre, as comunidades do Cerrado a respeito de temas que os afetam.

Brasília, 11 de Setembro de 2009

DIA NACIONAL DO CERRADO